



SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE PENÁPOLIS/SP: O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL SILVIA COVAS.

Janaína Lopes Moreira¹

Gabriela Calderon²

RESUMO

Este trabalho é resultado de diálogos e debates sobre os processos socioespaciais presentes no espaço urbano. Priorizou-se o processo de segregação socioespacial, o qual, devido sua multidimensionalidade e, conseqüentemente, complexidade, precisa ser devidamente abordado. Nesse sentido, com base em autores que estudam a temática (SPOSITO, 2013; CORRÊA; 2013), foram realizadas abordagens e elucidações que trazem contribuições para a reflexão. Para o tratamento da dimensão do real e do concreto optou-se pela escala local, com enfoque no intraurbano do município de Penápolis/SP. A área escolhida para o estudo foi o loteamento habitacional Silvia Covas, construído nos anos 2000 através da parceria entre o poder público municipal, a CDHU e os moradores. Como procedimentos metodológicos foram realizadas observações in loco, conversas informais com moradores e pesquisa no jornal local. Dessa forma, a partir da análise da dimensão econômica, social e ambiental, percebeu-se que o loteamento Silvia Covas apresenta-se segregado, principalmente como consequência da atuação do poder público, que aloja segmentos populacionais de baixa renda em lugares afastados, deteriorando suas condições de vida através da poluição ambiental, carência de serviços urbanos, insuficiência de lazer e aumento da criminalidade. Logo, fica nítido que o tratamento do poder público municipal não é somente irregular, mas distinto, o que vai transformar a diferença em negatividade, colaborando para o processo de segregação socioespacial no espaço intraurbano de Penápolis.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação. Estado. Penápolis/SP.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – campus de Presidente Prudente. janainamoreira1991@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – campus de Presidente Prudente. gabi_calderon_@hotmail.com.



SEGREGATION SOCIO IN CITY PENAPOLIS / SP: THE HOUSING SET CASE SILVIA PITS.

ABSTRACT

This paper shows the result of dialogues and debates about socio-spatial processes in the urban space. Priority was given segregation socio-spatial, which due to their multi-dimensional and, therefore, complexity, need to be properly differentiated. Thus, based on authors who study this subject (SPOSITO, 2013; CORRÊA; 2013), approaches and elucidations that bring relevant contributions to the debate have been performed. For dealing with real and concrete dimensions, it was chosen the local scale, focusing on the intra-urban municipality of Penápolis/SP. The chosen area for the study was the Silvia Covas housing estate, built in 2000 through a partnership between the municipal government, CDHU and inhabitants. As methodological procedures, observations in situ, informal conversations with residents and research in the local newspaper were done. As a result, through analysis of economic, social and environmental dimensions, it was noticed that neighborhood Silvia Covas presents segregated, mainly as a consequence of the government decisions, that houses low-income population segments in distant places, deteriorates living conditions through environmental pollution, lack of urban services, insufficient leisure and increased crime. Hence, it becomes clear that decision-making of municipal government is irregular and distinct, which can transform the difference into negativity, contributing to the process of socio-spatial segregation in the intra-urban space in Penápolis.

KEY-WORDS: Segregation. Government. Penápolis/SP.

SEGREGACIÓN SOCIO EN CIUDAD PENAPOLIS / SP: EL CASO DE LA VIVIENDA SET SILVIA HOYOS.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de diálogos y debates sobre los procesos socio-espaciales presentes en el espacio urbano. Se priorizó el proceso de segregación socio-espacial, el cual, debido a su multi-dimensionalidad y, por consiguiente, complejidad, necesita ser adecuadamente abordado. En ese sentido y con base en los autores que estudian el tema (SPOSITO, 2013; CORRÊA; 2013), fueron realizados abordajes y elucidaciones que aportan contribuciones importantes para la reflexión. Para el tratamiento de la dimensión de lo real y lo concreto se optó por la escala local, haciendo énfasis en el municipio intra-urbano de Penápolis/SP. El área escogida para el estudio fue el desarrollo de vivienda Silvia Covas, construido en los años 2000 a través de una asociación entre el gobierno municipal, CDHU y lugareños. Como procedimiento metodológico fueron realizados observaciones in situ, se llevaron a cabo conversaciones informales con los residentes e investigación en el periódico local. Así, desde el análisis de la dimensión económica, social y ambiental, se percibió que el desarrollo Silvia Covas se presenta segregado, principalmente como consecuencia de la actuación del poder público, que aloja segmento poblacionales de baja renta en lugares remotos, deteriorando sus condiciones de vida a través de la contaminación ambiental, la falta de servicios urbanos, insuficientes lugares de ocio y aumento de la delincuencia. De esta forma, se hace evidente que el tratamiento del poder público municipal no sólo es irregular, sino distinto, que va a transformar la



diferencia en la negatividad, contribuyendo al proceso de segregación socio-espacial en el espacio intra-urbano de Penápolis.

PALABRAS-CLAVE: Segregación. Estado. Penápolis/SP.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é o resultado de diálogos e debates sobre os processos socioespaciais presentes no espaço urbano. Priorizou-se a abordagem da segregação socioespacial, pois é o processo mais expressivo e atuante no espaço urbano brasileiro. Ademais, por se tratar de um processo marcado pela multidimensionalidade, e conseqüentemente, complexidade, requer um maior detalhamento para ser compreendido. Nesse sentido, com base em autores que abordam a temática, como Côrrea (2013) e Sposito (2013), tentou-se levantar algumas elucidações e abordagens que contribuam para a reflexão.

Sabendo que a segregação é um conceito polissêmico e que por isso possui especificidades diferentes de acordo com as formações socioespaciais, tamanho e importância das cidades, e que por se apresentar essencialmente como um processo complexo, o que pode implicar em várias dinâmicas para compreendê-lo, sua abordagem exige a escolha de uma escala geográfica, sem a qual a análise fica vaga. Além disso, a multidimensionalidade do conceito de segregação, torna necessário dar maior relevância a certas dimensões e/ou combinações, como por exemplo, socioeconômica, etnorreligiosa entre outras, para dar força a suas determinações em cada formação socioespacial (SPOSITO, 2013).

A partir disso, optou-se nesse artigo pelo emprego do conceito segregação socioespacial, todavia o enfoque será dado, sobretudo, na escala do intraurbano, tendo como recorte analítico a dimensão social, econômica e ambiental.

Como procedimentos metodológicos foram realizadas observações in loco, conversas informais com moradores e pesquisas em um dos jornais locais.

Através da visita a campo foi possível verificar as infraestruturas e equipamentos urbanos presentes neste bairro, as conversas informais com os moradores revelaram suas principais reclamações e reivindicações, e a pesquisa no noticiário local mostrou o histórico



de lutas por melhores condições de vida, bem como demonstrou a imagem do bairro oferecida aos leitores.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Segregação Socioespacial

Conforme salienta Sposito (2013) não são todas as formas de diferenciação que caracteriza a segregação, somente as diferenças mais radicais, que geram separação espacial podem ser denominadas de segregação.

O que vários autores têm privilegiado em seus trabalhos é o socioespacial ou sócio-espacial, uma vez que é a adjetivação que melhor explica a complexidade e as múltiplas dimensões do processo atualmente. Isso porque, os processos sociais, principalmente, de segmentação social como, diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social entre outros, ocorrem preteritamente ao processo de segregação, porém este só se viabiliza por meio do espaço (SPOSITO, 2013). Portanto, só o conceito de segregação socioespacial consegue refletir todas as relações que se dão no espaço, e por ele são determinadas.

Ainda de acordo com a autora supracitada, para a abordagem da segregação é necessário levar em consideração duas determinações: a subjetiva e a objetiva. A primeira diz respeito aos sentimentos e discursos atribuídos aos diversos espaços das cidades, o que permite entender como as pessoas se sentem e percebem esses diferentes espaços. Como salienta Roma

Podem existir por exemplo, pessoas que se sentem afastadas, isoladas ou marginalizadas por residirem em determinados espaços, mesmo que não se autodenominem como segregadas. Para apreender a dimensão subjetiva do processo de segregação socioespacial é preciso, também, analisar como os moradores de outros espaços da cidade percebem os referidos espaços segregados (2008, p. 34).

Deste modo, a partir da subjetividade do conceito, a segregação pode ser considerada tanto uma ação de quem segrega em relação a quem está segregado,



quanto um sentimento de quem está segregado. Sentimento este que é incorporado e reproduzido pelos moradores dessas áreas, os quais muitas vezes têm vergonha de dizer o local onde residem. Através disso, a segregação é reafirmada, criando uma série de estigmas que irão aprofundar ainda mais a separação entre os diferentes segmentos sociais existentes na cidade.

A dimensão objetiva é mais visível devido a sua materialidade. Esta se refere à separação de grupos sociais no espaço urbano, segundo seu poder aquisitivo, ou seja, nitidamente vê-se o afastamento entre ricos e pobres, e a formação de áreas residenciais que demonstram a atividade exercida pelos moradores, como por exemplo os bairros operários e industriais.

Mesmo possuindo uma perspectiva diferente sobre o conceito de segregação, Corrêa aponta tal situação quando fala que:

A segregação residencial da cidade capitalista emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano dessas distintas classes sociais e suas frações. Admite-se, assim, que quanto mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial (2013, p.42).

É nesse sentido que Corrêa (2013) aponta a cidade contemporânea como um mutável mosaico social, haja vista que as diversas classes sociais presentes na cidade se diferenciam, tanto no tocante a distribuição residencial quanto a sua composição social, formando áreas sociais com tendência a homogeneidade interna e a heterogeneidade entre elas.

A segregação socioespacial vai se manifestar espacialmente, de modo que a separação entre os segmentos sociais se faça através de barreiras, físicas ou não, como muros, cercas e até mesmo a distância. Esse fato no espaço urbano brasileiro pode ser percebido através da implantação de loteamentos e condomínios fechados, o aparecimento de favelas e as lógicas que orientam a localização dos conjuntos habitacionais (ROMA, 2008).

Nesse sentido, um novo elemento deve ser incorporado na abordagem do conceito, visto que a segregação procede e participa das estratégias dos atores e produtores do espaço urbano. Sendo assim, é importante compreender quem são os



agentes que têm o controle da propriedade da terra e quais estratégias são praticadas por estes para que o processo de segregação residencial não apenas se perpetue como também se intensifique.

2. 2 O papel do Estado

A produção do espaço urbano é realizada por diversos agentes, públicos (Estado) e privados (promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e movimentos sociais) (CORRÊA, 1989). Para a realidade do bairro que será estudado na próxima seção desse trabalho, optou-se pelo enfoque no Estado, pois este é o grande responsável pela produção de conjuntos habitacionais de interesse social.

Segundo Lojkine (1981 apud ROMA, 2008) o Estado apresenta três principais formas de intervenção no processo de produção do espaço urbano: o controle da localização das atividades industriais e terciárias; o controle da localização dos diferentes tipos de habitação e a localização dos meios de consumo. É sob a segunda intervenção que este artigo vai se debruçar.

Muitos estudos já constataram a correlação entre segregação e a ação do Estado. No decorrer do século XX, no Brasil, essa característica tem sido observada, sobretudo, com os projetos habitacionais, que têm gerado excessiva horizontalidade das periferias, as quais são destinadas a moradia dos segmentos populacionais de menor poder aquisitivo.

A ação do poder público em escolher áreas não urbanizadas, de risco e/ou insalubres, distantes do centro urbano e/ou do tecido urbano, para o estabelecimento de conjuntos habitacionais, deixa claro, o afastamento, e em alguns casos, o isolamento das classes menos favorecidas da cidade.

A justificativa pela escolha dessas áreas é bem comum em todas as esferas do poder público, principalmente pelas prefeituras. Alega-se que o preço de terras mais próximas à cidade é alto e/ou que não tinha disponibilidade de terras para a compra (NAMUR, 2004). Todavia, já é sabido que essa prática participa das lógicas



capitalistas que ocorrem na cidade, que se realiza através dos agentes imobiliários (construtoras, promotores imobiliários, rentistas, empresas de crédito imobiliário, corretores e proprietários de terras) que precisam da valorização do solo para a obtenção do lucro.

Esses vazios que se intercalam entre o tecido urbano consolidado e os conjuntos habitacionais, serão valorizados a partir do estabelecimento do saneamento básico, da iluminação, do asfalto e aruamento, da construção de equipamentos e serviços, como posto de saúde, creche, escolas, posto policial, áreas de lazer entre outros, cuja responsabilidade de construção é do Estado.

Sobre isso Namur ressalta que

Assim sendo, ao prover de infraestrutura de transportes e de serviços as áreas isoladas da trama urbana, o Poder Público agrega valor a cada propriedade, principalmente às áreas vazias e seu entorno imediato, independente da vontade de cada proprietário; este valor representa um ganho privado, ou melhor, trata-se de uma apropriação privada de valor produzido coletivamente, na forma de renda fundiária (2004, p. 59).

Essa valorização vinda de investimento de terceiros, especialmente do Estado, é o que chamam de “especulação imobiliária”. Entretanto, esses investimentos do poder público poderiam ser menores, no que se refere aos custos, se as áreas já urbanizadas ou contíguas a malha urbana fossem escolhidas (NAMUR, 2004).

Sendo assim, o Estado atua de forma heterogênea no espaço urbano, provocando o aprofundamento do processo de diferenciação socioespacial, visto que também produz áreas para a burguesia, provendo acessibilidade, infraestruturas urbanas e equipamentos sociais, os quais geram a valorização imobiliária. Portanto, a ação do Estado como produtor do espaço urbano, por meio da escolha da localização de conjuntos habitacionais de interesse social, tem gerado grandes ganhos imobiliários aos proprietários de terra em detrimento a qualidade de vida da população (NAMUR, 2004). E é nesse cenário que o bairro Silvia Covas foi construído no município de Penápolis/SP.

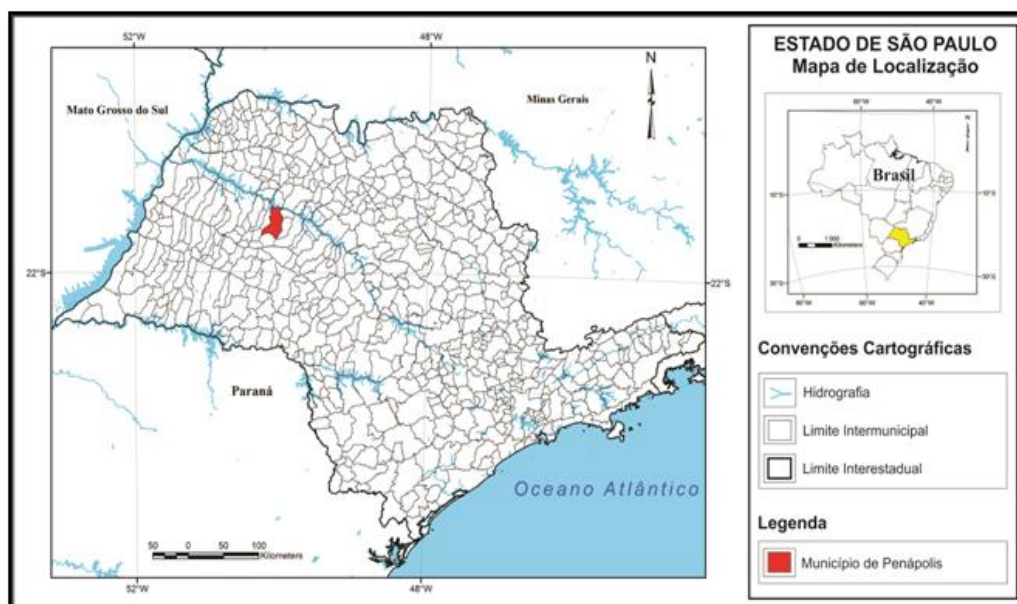
2.3 O Bairro Silvia Covas – Contextualização

O bairro em estudo localiza-se na cidade de Penápolis (Figura 01) no noroeste paulista e sua implantação se deu nos anos 2000 através de políticas habitacionais que iniciaram nos anos de 1980 no Brasil. A política habitacional que permeou a implantação desse bairro foi a mesma de vários outros conjuntos habitacionais em outras cidades, que consiste na doação de uma área comprada pela prefeitura para a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), a qual segundo alguns critérios estabelecidos em um manual, pode aceitar ou recusar.

As moradias foram construídas a partir de alianças com os movimentos populares organizados em associações através do programa de mutirão, o que significa que a execução da obra realizou-se por autoconstrução, isto é, com o Programa Cesta de Materiais de Construção, criado em 1995, pelo então governador Mário Covas, os próprios moradores construía suas casas. Esses programas eram destinados à população com renda de um à dez salários mínimos, e prioritariamente voltados para as famílias com renda até três salários mínimos (NAMUR, 2004).

O projeto do conjunto habitacional foi coordenado pela Emurpe (Empresa Municipal de Urbanização de Penápolis), que resultou na construção de 500 casas que custaram ao morador 30 mil reais cada, as quais foram financiadas em 300 parcelas.

Figura 01: Mapa de localização de Penápolis no Estado de São Paulo.



Fonte: IBGE. Org. Moreira (2014)

2.3.1 A distância e os problemas decorrentes

O loteamento Silvia Covas, objeto de estudo desse artigo, caracteriza-se por se localizar descontínuo a malha urbana, distando 4,3 Km do centro urbano do município, próximo a Rodovia Assis Chateaubriand que liga Penápolis a cidades como, José Bonifácio/SP e São José do Rio Preto/SP (Figura 02).

A ocupação descontínua aumentou os custos na construção de instalações básicas, o que fez com que o bairro apresenta-se historicamente um grande déficit em infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos, submetendo os moradores a problemas de ordem social, econômica e ambiental que diretamente têm afetado a qualidade de vida.

Figura 02: Localização do bairro Silvia Covas na malha urbana do município de Penápolis/SP.



Fonte: Google Maps. Agosto de 2014.

No que tange a dimensão econômica podemos citar: os altos custos dos serviços urbanos, como transporte e comércio, que exige da população residente maiores salários para que suas condições básicas de vida sejam supridas; os diferentes valores de troca de imóveis urbanos que surgem segundo a distribuição de infraestruturas e equipamentos urbanos, causando conseqüentemente, a valorização de áreas bem atendidas em detrimento a outras áreas menos equipadas; e por fim a especulação imobiliária, visto que a partir da instalação do loteamento e a construção de infraestrutura e serviços pelo poder público, todas as áreas vazias de entorno são imediatamente valorizadas (Figura 03).

Figura 03: Vazios urbanos entre o bairro Silvia Covas e o centro da cidade.



Fonte: Google Earth. Agosto de 2011.

Essas características vão incidir diretamente na questão social, uma vez que a distribuição irregular de infraestruturas e a distância das melhores áreas equipadas torna nítida a forma irregular de atuação do Estado, bem como a separação das classes sociais, com pessoas de melhor poder aquisitivo residindo em áreas onde há boa infraestrutura e amenidades e pessoas de menor poder aquisitivo residindo em periferias com infraestrutura precária ou inexistente. Tais fatos desfavorecem a inserção socioespacial dos moradores a cidade, fazendo com que diferenças sociais inerentes à urbanização se aprofundem colaborando para o processo de segregação residencial.

A respeito da questão ambiental, destaca-se a falta de manutenção e planejamento do poder público municipal, visto que o bairro apresenta-se com sérios problemas de degradação ambiental decorrentes do descarte incorreto de materiais recicláveis e lixo em terrenos vazios nos arredores do bairro (Figuras 04 e 05). Além disso, têm-se ocorrências de queimadas de lixo e mato que os próprios moradores fazem, na tentativa de melhorar a aparência do loteamento, já que o mesmo apresenta-se com vários vazios em seu interior, vastas áreas de gramado e mata.

Figuras 04 e 05: Lixo e entulho espalhados pelos terrenos vazios nos arredores do bairro



Fonte: Trabalho de campo. Agosto de 2014.

2.3.2 Caracterização da área de estudo

Ainda em visita a campo, observou-se os meios de consumo coletivo, podendo verificar que alguns serviços públicos e privados do local ainda são insuficientes para a demanda do bairro ou até mesmo inexistentes.

O bairro atualmente possui todas as ruas pavimentadas. Com início em 2008, depois de quase 8 anos da entrega dos domicílios, a pavimentação asfáltica foi concluída, conquista essa marcada por lutas e reivindicações dos moradores.

O bairro também possui: uma creche EMMEI Silvia Covas que atende crianças de 0 a 3 anos; uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Darcy Aparecida Buranello Marin), inaugurada no dia 17/01/2004, e reinaugurada como CEU (Centro Educacional Unificado) no dia 17/04/2005, passando a funcionar em tempo integral, formando alunos do 1º ao 5ºano do ensino fundamental (Figuras 06 e 07).

Figuras 06 e 07: Creche EMMEI Silvia Covas e Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Darcy Aparecida Buranello Marin (EMEF).



Fonte: Trabalho de campo. Agosto de 2014.

Os alunos moradores do bairro que estão cursando séries superiores precisam frequentar outras unidades escolares localizadas em bairro próximos. No entanto, como informado pela secretaria de educação, a Prefeitura de Penápolis oferece transporte a todos.

O loteamento também dispõe de uma Unidade Básica de Saúde, a qual iniciou seu funcionamento em 2007 e oferece atendimento até às 17h. Atualmente, o prédio está em obras para ampliação (Figuras 08 e 09).

Figuras 08 e 09: Unidade Básica de Saúde Silvia Covas e obras em andamento para a ampliação



Fonte: Trabalho de campo. Agosto de 2014.

Observou-se também que o bairro não possui posto policial e alguns comércios, como por exemplo, farmácia e supermercado. Há apenas uma mercearia, bares e padarias que não oferecem todos os suprimentos básicos aos moradores. Além disso, em caso de emergência e/ou de necessidade de atendimento médico após as 17h, os moradores precisam recorrer a Santa Casa de Misericórdia que se localiza no centro da cidade.

Foi notado também que existe apenas uma via de acesso ao bairro, que se dá através da Estrada Irmãos Buranello, na qual há um significativo fluxo de veículos, já que a mesma é utilizada para a entrada e saída do município e que por isso se apresenta como uma via perigosa, mesmo possuindo ciclovia. A partir disso e da grande distância do centro da cidade, os moradores fazem muito uso do transporte público, o qual se mostra mais seguro e barato.

A grande deficiência atual do bairro diz respeito à espaços de lazer e recreação, o qual mesmo dispendo de grandes áreas de gramado não possui praças ou parques no interior ou no entorno próximo. Tem-se apenas uma quadra esportiva que aparentemente precisa de reparos (Figuras 10 e 11).

Figuras 10 e 11: Quadra esportiva e vazios urbanos no interior do loteamento.



Fonte: Trabalho de campo. Agosto de 2014.



2.3.3 O noticiário local

Além das observações empíricas, foi realizada uma pesquisa online na página do jornal Diário de Penápolis³ com o intuito de verificar em que tipos de notícias o Bairro Sílvia Covas é citado.

Durante os primeiros anos após a entrega dos domicílios, todas as notícias que envolviam o bairro diziam respeito a denúncias e reivindicações dos moradores, sobretudo, no que se refere à pavimentação asfáltica.

- “Novela do asfalto irrita comunidade do Sílvia Covas” em 31/03/2007.
- “Sílvia Covas: Cansada de promessas, comunidade quer asfalto já.” em 14/07/2007.
- “Assinado contrato para pavimentação do Sílvia Covas” em 07/05/2008.
- “Começa obra de pavimentação no Sílvia Covas” em 15/06/2008.

Entretanto, não foi somente a pavimentação das vias que se tornaram notícias, outras reivindicações e reclamações dos moradores também tiveram destaque no jornal.

- “Sílvia Covas: Moradores reclamam cobertura para ponto de ônibus.” em 04/07/2007.
- “Matagal no Sílvia Covas é alvo de reclamação.” em 23/01/2008.
- “Orçamento Participativo: Moradores do Sílvia Covas reivindicam melhorias.” em 14/02/2008.
- “Sílvia Covas: moradores destacam pontos positivos e negativos do bairro” em 14/04/2010.
- “OCORRÊNCIA: Fogo em pastagem assusta moradores do Sílvia Covas.” em 10/05/2012.
- “Quadras esportivas dos bairros Sílvia Covas e Pevi permanecem com estragos.” em 16/08/2012.

³ Site do Jornal Diário de Penápolis – Disponível em:
<<http://www.diariodepenapolis.com.br/web/busca>>, Acesso em 25/08/2014.



Como pode ser visto pelos enunciados das notícias, os moradores já estiveram em condições piores que as atuais. Muitas reivindicações foram atendidas, como por exemplo, asfalto, cobertura de pontos de ônibus e limpeza pública. Todavia o descaso para com a área persiste, uma vez que, em trabalho de campo realizado em agosto de 2014, o lixo e o mato alto eram encontrados em todo o entorno do bairro. Sendo assim, nos últimos quatro anos as principais reclamações dos moradores se resumem de forma geral em: maior atenção do poder público municipal no que se refere às áreas verdes urbanas e limpeza pública e a instalação de alguns comércios, como açougue, farmácia e lotérica.

Apesar de ter um número significativo de notícias relacionadas a reivindicações dos moradores, a grande maioria das manchetes envolvendo o bairro, principalmente nos últimos anos, está relacionada com assuntos como violência, crimes e polícia.

- “Silvia Covas: polícia investiga duplo homicídio em bairro” em 11/10/2012.
- “Polícia flagra arma em residência no Silvia Covas” em 27/10/2012.
- “Plantão policial: Moto furtada é encontrada no bairro Silvia Covas” em 19/03/2013.
- “Plantão policial: auxiliar é preso com 22 porções de crack no bairro Silvia Covas” em 24/04/2013.
- “Irmãos são presos por tráfico de drogas no Silvia Covas” em 12/07/2014.

As diversas ocorrências policiais noticiadas geram uma repercussão negativa para o bairro que aliado ao distanciamento/isolamento e as diferenças socioespaciais materializadas em infraestrutura e serviços têm resultado na estigmatização do bairro, por muitos rotulado como um local perigoso e violento, o que reforça ainda mais o processo de segregação socioespacial.

3. CONCLUSÃO

Por se tratar de um processo multidimensional, com determinantes objetivas e subjetivas, a segregação se torna um objeto de estudo complexo. Complexidade esta que não pôde ser abordada de forma totalitária nesse trabalho. Por isso, não se



pretende apresentar conclusões, pois só um estudo de maior abrangência utilizando-se de outras metodologias poderia dar respostas mais precisas. Portanto, o que se expõe são considerações relevantes que revelam uma pequena compreensão da realidade vista em campo.

As imagens, observações empíricas e a pesquisa no noticiário local contidas nesse trabalho apontam que o distanciamento do bairro em relação à malha urbana é um elemento que tem aumentado o potencial de segregação, sobretudo devido a dificuldade de interações com o restante da cidade, causando certo isolamento social e aprofundamento no processo de diferenciação socioespacial, já que é visível a diferença na forma de atuar do poder público na cidade, o qual privilegia áreas em detrimento as outras.

Também é notável que atualmente os moradores desfrutam de melhores condições de infraestrutura se comparado com o início do loteamento, haja vista que o bairro possui casas bem estruturadas feitas de alvenaria, ruas pavimentadas, tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e transporte público. No entanto, muitas dessas infraestruturas, como por exemplo o asfalto, demoraram muitos anos a serem construídas e são resultado de inúmeras reclamações e reivindicações dos moradores.

Nesse sentido, através do estudo foi possível verificar que o loteamento Silvia Covas apresenta-se segregado, principalmente devido a atuação do poder público, que aloja segmentos populacionais de baixa renda em lugares afastados, deteriorando suas condições de vida através da poluição ambiental, carência de serviços urbanos, insuficiência de lazer e aumento da criminalidade. Logo, fica nítido que o tratamento do poder municipal não é somente irregular, mas distinto, o que transforma a diferença em negatividade, colaborando para o processo de segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.



CORRÊA, R. L. Segregação residencial: as classes sociais e o espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea. Segregação Espacial**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013, v.1, p. 39-59.

NAMUR, M. . A questão da localização no processo de produção pública habitacional da CDHU no espaço urbano. **Ambiente Construído (Online)**, v.4, n.1, p. 55-66, 2004.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaudi. **A cidade contemporânea. Segregação Espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, v.1, p. 61-93